

opinião

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luís Fúrio
 DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
 SUPERINTENDENTES Carlos Fonce de Leon e Jadhil Brito
 CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Hélio Schwartzman,
 Patrícia Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luíza Helena Trajano,
 Patrícia Bianco, Patrícia Campos Mello, Pessio Arão, Ronaldo Lemos,
 Thiago Amparo, Luis Frías e Sérgio Dávila (secretário)
 DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Fátu
 DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonazzi (financeiro, planejamento
 e novas negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais),
 João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Gargalo educacional

Dados que mostram retrocesso no ensino médio evidenciam urgência de avançar em reforma

O Brasil não pode se dar ao luxo de retrocessos no ensino médio, o principal gargalo da educação nacional — esse é o ocorrido, contudo. Em 2022, de acordo com os dados mais recentes do Censo Escolar do MEC, a taxa de evasão nessa etapa do aprendizado chegou a 6,5%, acima dos 5% de 2021. As razões para o abandono dos estudos por adolescentes e jovens são conhecidas: as políticas para enfrentá-las ainda são incipientes.

Pesquisa do IBGE de 2020 mostrou que, entre pessoas de 14 a 29 anos com nível de instrução inferior ao ensino médio, 8,1% deixaram as salas de aula aos 14 anos; o percentual salta para 14,1% aos 15 anos e atinge 17,8% nos 17.

Entre os motivos, 35,8% apontaram a necessidade de trabalhar e 29,2% a falta de interesse. Entre as mulheres, a gravidez foi fator importante, com 23,8%.

Também se andou para trás na adesão dos estudantes ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No mais recente, houve 4 milhões de inscritos, mas somente 2,7 milhões (68%) fizeram a prova. Essa discrepância segue um padrão histórico, mas os números mostram tendência preocupante.

No pico de 2014, as inscrições chegaram a 8,2 milhões, com 5,9 milhões de participantes efetivos. A partir de 2016, as cifras baixaram de patamar. De 1,8 milhão de alunos matriculados no últi-

mo ano do ensino médio em 2023, só 838 mil compareceram ao exame — isto é, menos da metade dos formados nessa etapa do ensino.

Não há diagnóstico para a queda de interesse no Enem, que abre as portas para o ingresso em uma plethora de universidades. Tampouco se sabe por que em São Paulo, o estado mais rico, a adesão de 48% é a segunda menor do país, enquanto no Ceará a taxa vai a 80%.

Camilo Santana, ministro da Educação, anunciou que o governo pretende pagar um valor em dinheiro a estudantes de baixa renda do terceiro ano do ensino médio que participarem do Enem, além de uma bolsa estudantil para esse estrato — esta com a já sancionada pela Presidência da República.

Em tese, ao menos, as iniciativas são meritorias, embora nem mesmo se saiba até agora com clareza quais serão as regras para os benefícios instituídos e como serão financiados. O enfrentamento do problema, porém, depende de providências mais importantes.

A mais imediata delas é a agilização da reforma do ensino médio, hoje dependente de um entendimento entre governo federal, estados e Congresso. Espera-se que, com ela, a reformulação dos currículos possa resultar a evasão.

Para o longo prazo restam as medidas sociais que afetam os estudantes — e que não são um desafio apenas da educação.



O incorrigível CFM

Hélio Schwartzman

Ah, o Conselho Federal de Medicina. O órgão colocou em sua página na internet uma enquete para afirmar a opinião de médicos sobre a vacinação contra a Covid-19 em crianças que está dando o que falar. Várias organizações, como a SBPC e a Sociedade Brasileira de Imunizações, questionam a iniciativa, que já virou objeto de ação judicial. A política não é sem mérito.

O questionário do CFM parece ter sido desenhado para, se não lançar dúvidas sobre a imunização, ao menos para estimular a recusa paternal. Não é de hoje que o CFM se tornou linha auxiliar de promoção do bolsonarismo. A autarquia ainda defende a prescrição "off label" de cloroquina para Covid. E lá vem nome da autonomia médica. Mas tentou há pouco baixar uma resolução que limitava severamente a autonomia de médicos para receitar canabidiol "off label", um dos principais ativos da maconha que vem sendo cada vez mais utilizado — e com base em evidências, ainda que não inteiramente conclusivas em todos

os casos. Os problemas do CFM no que diz respeito à validação científica não são uma novidade. Basta lembrar que ele reconhece a homeopatia como especialidade médica.

Penso que o CFM tem um problema de desenho institucional. Ele tem uma natureza híbrida. É ao mesmo tempo uma entidade que zela por interesses de classe e uma autarquia com poderes normativos, inclusive o de arbitrar questões científicas. E se faz sentido utilizar critérios para compor órgãos de classe, encarecidos, por exemplo, de manter tribunais éticos, isso já não vale para questões científicas. Uma droga funciona ou não independentemente do que os médicos pensem dela. Acho que deveríamos cogitar de um novo desenho para o órgão, separando melhor matérias corporativas das normativas científicas, que deveriam ser mais profissionalizadas. O sujeito pode ser um ótimo cirurgião e não saber a estatística necessária para avaliar ensaios clínicos.

hswartz@uol.com.br

A festa da prebenda

Bruno Boghossian

A fúria da bancada evangélica contra a decisão da Receita que suspendeu um benefício tributário ajuda a entender como as igrejas escolheram fazer política em Brasília. Tudo indica que, nos últimos tempos, essa turma ficou mal-acostumada com o acesso privilegiado ao poder.

O peso eleitoral dos evangélicos passou a ser negociado sem pudor. As vitórias da campanha de 2022, depois de um lobby intenso, o governo Bolsonaro atropelou um entendimento técnico de anos e determinou que a Receita não cobrasse contribuição previdenciária sobre um tipo de pagamento feito aos pastores.

Na prática, Bolsonaro autorizou um jejum. Por ele, não são cobrados tributos sobre a chamada prebenda — em teoria, um valor místico para a sobrevivência de missionários. Mas a Receita sempre soube que as igrejas exploravam a brecha para pagar salários e até distribuir lucro para seus líderes. Assim como mostrou eficiência em transações baseadas na influência política, a bancada evangélica também

exibe desenvoltura para buscar seus interesses a partir de ameaças. Quando a Receita interrompeu a festa das prebendas, nesta semana, parlamentares acusaram o governo Lula de perseguição às igrejas e prometeram retaliação.

Conheço ao deputado Sílvio Cavalcante (PL) apresentar os termos da lei de forma crua. Ele disse que o "governo da esquerda" usaria a cobrança de tributos como chantagem e afirmou que, em resposta, denunciaria o governo para "os evangélicos do Brasil todo". É possível que o parlamentar tenha um conceito particular da palavra "chantagem". Um detalhe técnico da história aparece num documento técnico da Receita a favor da cobrança de tributos sobre a prebenda. O texto cita Ives Gandra Martins Filho, ministro do TST queridinho dos ultrac conservadores: "Apenas no caso de desvirtuamento da própria instituição religiosa, buscando lucrar com a palavra de Deus, é que se poderia enquadrar a igreja evangélica como empresa e o pastor como empregado".

Piano na Ouvidor

Ruy Castro

Há 22 anos, Rodrigo Ferrari me telefonou eufórico para dizer que sua livraria, a pequena e charmosa Folha Seca, iria se mudar do Centro de Artes Heliópolis, na praça Tiradentes, para um espaço maior na rua do Ouvidor, entre 1ª de Março e Travessa do Comércio. Sem que ele pedisse, fulgorei me tendo. Era um erro, quer hipótese, não se justificava privatizar uma deliberação técnica.

Desde 1946, as Constituições brasileiras têm fiscalizado a atuação das igrejas. O alcance desse princípio deve estar disciplinado na legislação, e seu cumprimento precisa ser monitorado pelo próprio Estado — garantidos, é claro, os canais de defesa e contestação.

Do ponto de vista da justiça tributária, a demanda por mais benefícios para templos e ministros dificilmente será defensável. O apelo a teses persecutórias, farsescas vindas de uma bancada politicamente poderosa, só avilta o debate.

para lá, mas seu dinamismo ajudou a reavivá-los. Ele tinha razão — a Folha Seca só podia estar ali. É uma livraria do Rio, com livros sobre tudo da cidade, de história, literatura e urbanismo; a política, música popular e futebol. Seus clientes refletem essa mistura: vão de estudantes, professores e advogados a escritores, músicos e cartunistas, muitos deles entre os melhores pagadores da praça. E, por seu histórico de rodas de samba e de choro aos sábados — todos os grandes do gênero no Rio já tocaram lá —, viu nascer em torno os templos da baixa gastronomia carioca, como a Toca do Balalaísta.

Neste sábado, como já é tradição no aniversário, Rodrigo terá um piano de cauda no meio da rua, em frente à Folha Seca, a cargo do pianista Cliff Korman. A Ouvidor do velho Machado nunca viu isso. Aprendi. Há 22 anos, sempre que um amigo me diz que vai mudar de endereço, abstenho-me de dar palpites.

O fracasso do Enem

Priscilla Bacallhu

Docente em economia, consultora de impacto social e pesquisadora de PPS e ESG

No último mês de novembro, 2,2 milhões de pessoas realizaram as provas do Enem. Essas pessoas dedicaram dois fins de semana para participar, mais todo o tempo de preparação. Dois meses depois, os resultados estão disponíveis, e elas podem começar a usar suas notas em processos seletivos em instituições de ensino superior públicas e privadas pelo Brasil, e até algumas no exterior.

A época das provas, escrevi aqui nesta coluna sobre qual poderíamos este exame. Há anos, o Enem exerce um poder de suscitar discussões e críticas da sociedade. Com a divulgação dos resultados essa semana, a onda de críticas ganha força novamente. Nas redes sociais, se encontram diversos questionamentos sobre o método de cálculo das notas, que segue a TBI (Teoria de Resposta ao Item). O método é complexo, mas não significa que ele está errado.

Para além de dominar várias rodas de conversa, o verdadeiro poder do Enem reside no potencial de ser uma ferramenta transformadora para milhões de estudantes. Ele é uma ponte que vem sendo reconstruída ao longo dos anos para conectar jovens (e nem tão jovens) ao ensino superior.

Nessa ponte, porém, não cabem todos os mundos. Quase um terço dos concluintes do ensino médio sequer se inscreveram para realizar a prova. Muitos dos que se inscrevem acabam faltando nos dias da prova. Considerando as faltas, apenas metade dos concluintes participaram efetivamente do Enem 2023.

Com os números divulgados pelo Inep, órgão responsável pela elaboração e execução das provas, é possível verificar que há grandes disparidades entre as unidades federativas. Os estados com mais participação dos concluintes do ensino médio foram Ceará e Goiás, em que, respectivamente, 8 e 7 entre cada 10 concluintes participaram do Enem. Estes estados têm realizado ações de mobilização para incentivar a inscrição. Já em São Paulo, foram apenas 4 entre cada 10, com uma proporção ainda menor se considerarmos apenas a rede pública.

É certo que uma parte das razões que não buscam o Enem já têm outros planos bem estabelecidos para suas vidas. Mas não dá para supor que esse é o caso da maioria, tampouco que não haja um recorte social racializado que fica de fora do exame.

Além de necessidades financeiras que levam jovens a não continuarem os estudos, existe o descontentamento com a escola. Passar anos recebendo uma educação desalinhada com a vivência prática é uma fonte de frustração. Muitos não visualizam o retorno social que uma faculdade ainda tem na nossa sociedade.

O Enem ainda tem grande potencial de exercer seu poder de transformação social. Mas se não for capaz de incluir todos os jovens, estará fadado ao fracasso.